

AS TERRAS INDÍGENAS DE MATO GROSSO DO SUL: A DIMENSÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA E SUAS DINÂMICAS TERRITORIAIS

INDIGENOUS LANDS IN STATE OF MATO GROSSO DO SUL: THE BORDER ZONE, AND THEIR TERRITORIAL DYNAMICS

LAS TIERRAS INDÍGENAS DE MATO GROSSO DO SUL: LA DIMENSIÓN DE LA FRANJA FRONTERIZA Y SUS DINÁMICAS TERRITORIALES

DOI 10.55028/geop.v20i39

Patricia Silva Ferreira*
Charlei Aparecido da Silva**
Rafael Brugnolli Medeiros***

Resumo: Este estudo analisa as relações entre o modelo agroexportador e as dinâmicas territoriais que incidem sobre as Terras Indígenas situadas na faixa de fronteira entre Mato Grosso do Sul (Brasil) e Paraguai. A partir de uma abordagem teórico-metodológica que articula escalas geográficas e análise espacial, examina-se como a expansão da soja, integrada ao mercado global, redefine o uso do território e intensifica pressões sobre comunidades indígenas. Conclui-se que, localizadas majoritariamente na fronteira, essas terras configuram espaços de resistência à homogeneização territorial imposta pelo agronegócio voltado à exportação de *commodities*.

Palavras-chave: Fronteiras, modelo agroexportador, *commodities*, terras indígenas, regulamentação.

Abstract: This study analyzes the relationships

Introdução

A faixa de fronteira configura-se como uma porção do território nacional geograficamente delimitada, historicamente construída e juridicamente normatizada. De acordo com a Constituição Federal de 1988, trata-se de uma zona contínua com 150 quilômetros de largura, contados a partir da linha de fronteira internacional, cuja delimitação observa os contornos dos limites municipais (Brasil, 1988).

Todavia, a compreensão da fronteira como espaço dinâmico e multif-

* Doutora em Geografia. Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: patricia_ferreira@uems.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8333-218X>.

** Doutor em Geografia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: charleisilva@ufgd.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5598-7848>.

*** Doutor em Geografia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: rafaelmedeiros@ufgd.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0419-655X>.

between the agro-export model and the territorial dynamics affecting Indigenous Lands along the border between Mato Grosso do Sul (Brazil) and Paraguay. Based on a theoretical-methodological approach that articulates geographical scales and spatial analysis, it examines how soybean expansion, integrated into the global market, redefines land use and intensifies pressures on Indigenous communities. It concludes that, being mostly located in the border region, these lands constitute spaces of resistance to the territorial homogenization imposed by agribusiness focused on commodity exports.

Keywords: Borders, agro-export model, commodities, indigenous lands, regulation.

Resumen: Este estudio analiza las relaciones entre el modelo agroexportador y las dinámicas territoriales que inciden sobre las Tierras Indígenas ubicadas en la franja fronteriza entre Mato Grosso do Sul (Brasil) y Paraguay. A partir de un enfoque teórico-metodológico que articula escalas geográficas y análisis espacial, se examina cómo la expansión de la soja, integrada al mercado global, redefine el uso del territorio e intensifica las presiones sobre las comunidades indígenas. Se concluye que, al situarse mayoritariamente en la frontera, estas tierras constituyen espacios de resistencia frente a la homogeneización territorial impuesta por el agronegocio orientado a la exportación de *commodities*.

Palabras-clave: Fronteras, modelo agroexportador, *commodities*, tierras indígenas, regulación.



cetado rompe com a noção clássica de linha divisória entre Estados. Na perspectiva de Raffestin (1993), o território é um espaço produzido, marcado por relações de poder e controle. A fronteira, nesse contexto, aparece como zona de interações, fluxos e tensões.

A fronteira entre Brasil e Paraguai, especialmente na porção que envolve o estado de Mato Grosso do Sul, apresenta uma complexa configuração territorial marcada pela sobreposição de dinâmicas econômicas, sociais e ambientais.

Neste contexto, a intensificação da produção de *commodities* agrícolas, especialmente a soja, revela um processo de reestruturação territorial que impacta diretamente os povos e os territórios indígenas. O avanço da monocultura, associado à atuação de agentes econômicos transnacionais e à fragilidade das políticas públicas, compromete a conservação ambiental e a permanência das comunidades tradicionais em seus territórios de origem.

Ferreira (2021) destaca que esta fronteira é caracterizada tanto pela fluidez das trocas comerciais quanto pela rigidez imposta pela lógica do agro-negócio, evidenciando a coexistência de múltiplas escalas e interesses em disputa. Essas dinâmicas configuram o que autores como Haesbaert (2004) chamam de “multiterritorialidade”, conceito essencial para interpretar a sobreposição de territórios de uso e significados distintos.

A análise territorial aplicada ao recorte de fronteira exige, portanto, uma abordagem multiescalar, na qual elementos globais (comércio de *commodities*), nacionais (políticas públicas) e locais (resistência dos povos indígenas) interagem e se tensionam. A incorporação do conceito de região complementa essa leitura ao enfatizar as especificidades e as dinâmicas socioespaciais que se desenrolam no espaço fronteiriço.

O objetivo posto assim é analisar a distribuição espacial e territorial das Terras Indígenas (TIs) no estado de Mato Grosso do Sul, essas localizadas quase integralmente na faixa de fronteira, identificando as implicações socioambientais e territoriais decorrentes da expansão do modelo agroexportador, sobretudo da monocultura da soja visando a exportação de *commodities*. Parte-se da hipótese de que a homogeneização produtiva sobre o território, promovida pela monocultura da soja, implica na fragmentação dos espaços tradicionais, intensifica conflitos fundiários e amplia pressões que impactam direta e indiretamente as comunidades, contribuindo inclusive para ampliação de impactos ambientais negativos.

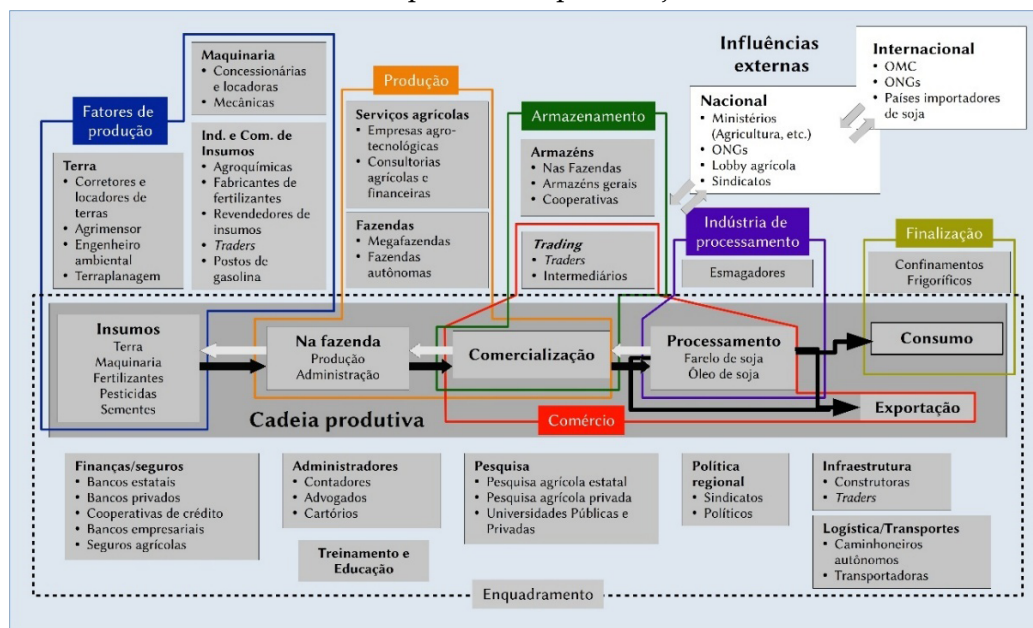
O modelo agroexportador e os mosaicos de resistência

O modelo agroexportador, centrado na produção de soja, consolidou-se nas últimas décadas como a principal lógica de uso da terra na região Centro-Oeste. A combinação de incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura e pesquisa agrícola (como os desenvolvidos pela Embrapa), além da crescente demanda global por grãos, favoreceu a expansão da fronteira agrícola para áreas do Cerrado e, posteriormente, para o Paraguai (Ferreira, 2021).

A soja, como cultura flexível (*flex crop*), pode ser utilizada para alimentação humana, ração animal e biocombustíveis o que aumenta seu valor estratégico no mercado global (Borras et al., 2016). Esse dinamismo confere à sua cadeia produtiva um alto grau de especialização, como mostra a Figura 1 em que os autores identificam os principais agentes econômicos, fluxos de capital, produtos derivados e fases do complexo soja.

Tal estrutura evidência não apenas a complexidade funcional da cadeia, mas também os mecanismos de controle territorial exercidos por corporações transnacionais, transportadoras, armazéns e *tradings* que operam de maneira articulada com os mercados globais. Esses fatores se apresentam como os principais condicionantes de incorporação ou segregação de regiões no território.

Figura 1. Agentes e atores sociais, produtos e serviços e etapas do complexo soja



Fonte: Coy e Huber (2022).

Quando analisamos a evolução da área plantada de soja no Brasil se evidencia uma curva de crescimento contínuo, especialmente nas últimas duas décadas, isso impulsionada pela convergência de fatores como crédito agrícola, avanços tecnológicos, particularmente em sementes transgênicas e insumos químicos, infraestrutura logística e a crescente demanda externa, especialmente por parte da China – Figura 2.

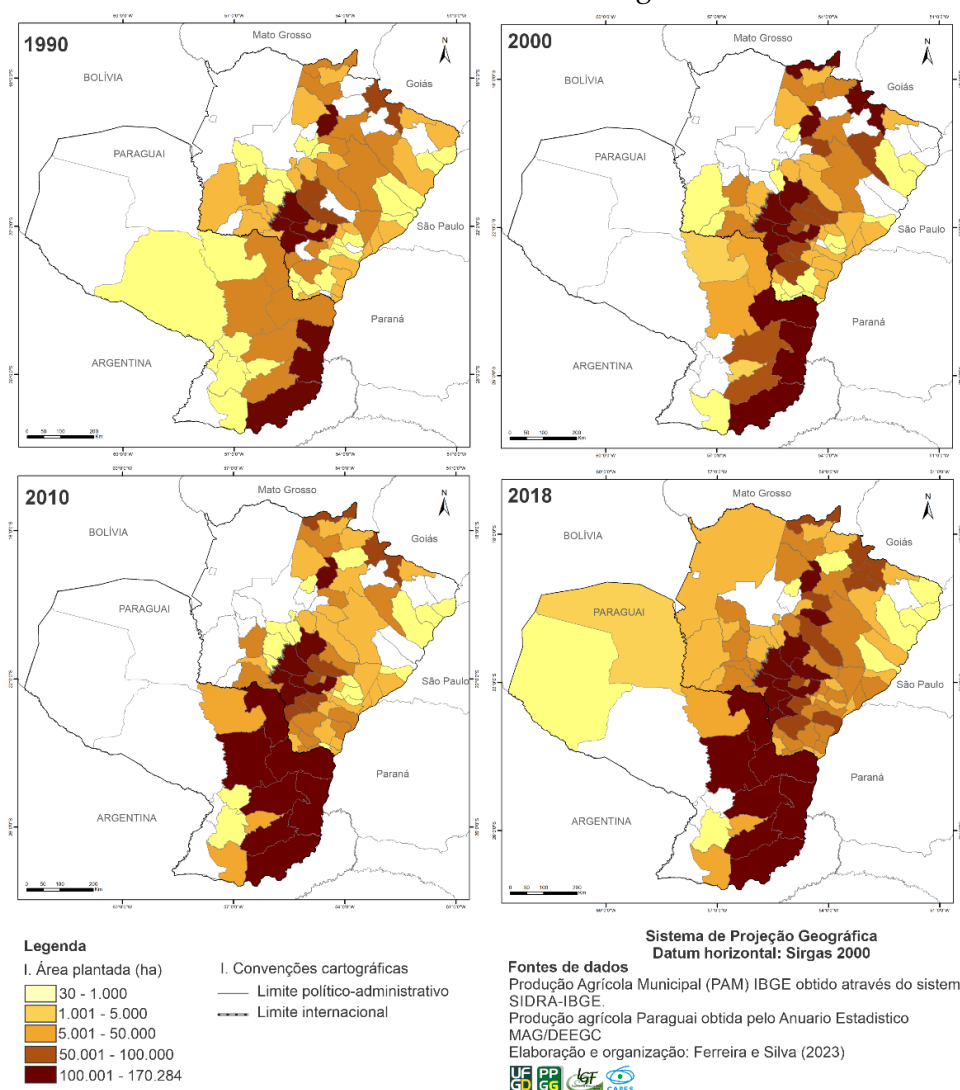
Figura 2. Evolução temporal da área cultivada e da quantidade de soja produzida no Brasil



Fonte: Ferreira e Silva (2025).

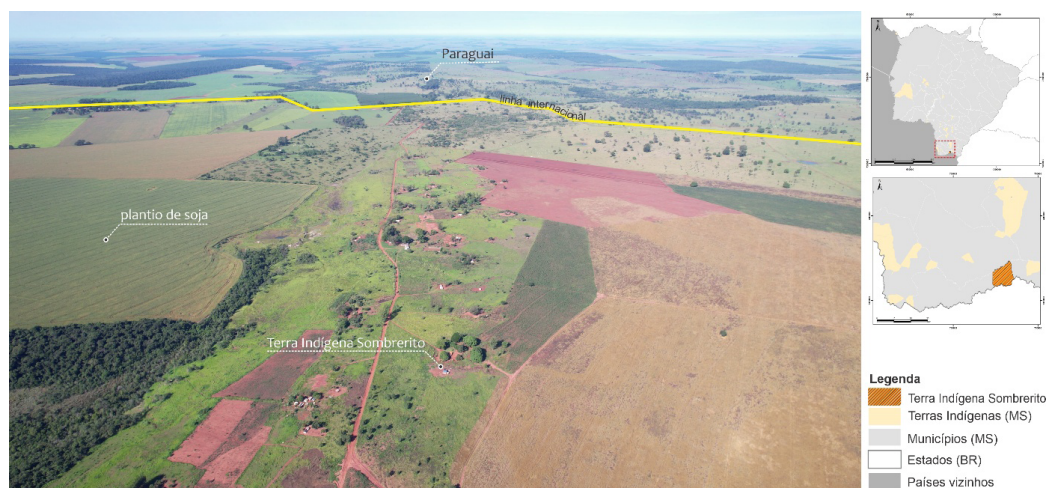
Complementarmente a Figura 3 amplia e traz essa análise para Mato Grosso do Sul (Brasil) e o Paraguai, demonstrando como a fronteira político-administrativa se torna porosa à lógica do modelo agroexportador, ao passo que as diferenças legais, fiscais e institucionais entre os dois países são instrumentalizadas por grandes grupos econômicos para otimizar lucros, Ferreira e Silva (2023). Essa integração produtiva transfronteiriça reforça o conceito de “região funcional homogênea” proposta por Haesbaert (2010), traz consigo e evidencia uma dinâmica territorial homogeneizada pela produção da monocultura de soja visando a exportação de *commodities*.

Figura 3. Evolução temporal da área plantada de soja no Mato Grosso do Sul e Paraguai



Em contraponto à lógica expansionista do modelo agroexportador as Terras Indígenas (TIs) representam espaços de resistência e diversidade socioambiental e transformam-se em ilhas em meio à expansão de monoculturas. A presença das Terras Indígenas no território sul-mato-grossense configura-se, portanto, como um elemento-chave para a compreensão das tensões socioespaciais existentes e presentes na faixa de fronteira, principalmente aquelas que envolvem as dinâmicas territoriais que articulam as estruturas fundiárias e o modelo agroexportador, como evidenciado na TI Sombreiro, localizada próxima da linha internacional com o Paraguai – Figura 4.

Figura 4. Mosaico de resistência ao modelo agroexportador, TI Sombreiro, município de Sete Quedas (MS)

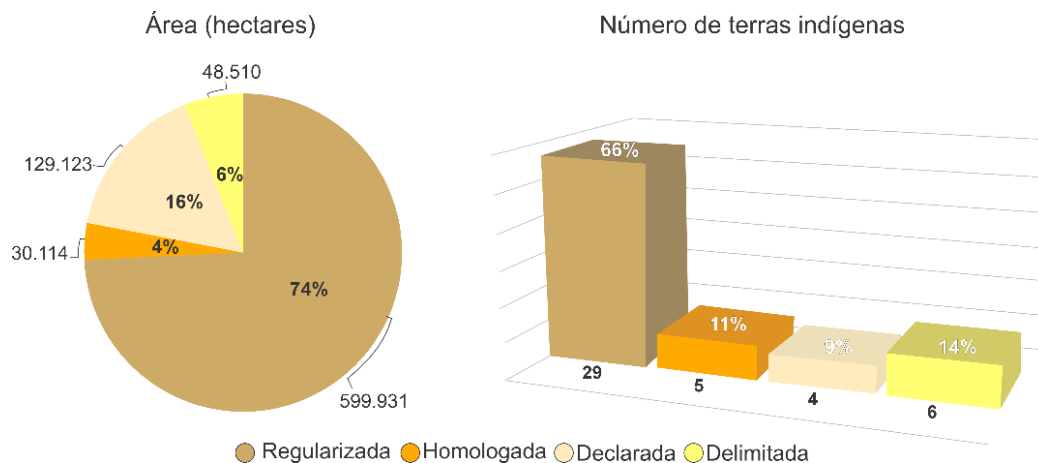


Fonte: Os autores, registro realizado em maio de 2025.

A regularização das Terras Indígenas e seus significados

O quadro conjuntural exposto, a sistematização de dados fundiários, registros administrativos e informações oficiais do governo federal, essencialmente adquiridos junto a Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) (Funai, 2024), permite constatar que o estado de Mato Grosso do Sul abriga atualmente 44 Terras Indígenas, as quais se encontram em diferentes estágios do processo jurídico de regularização e estão territorialmente em áreas de grande interesse do setor agroexportador. Essas TIs, que abrigam diversas etnias, se distribuem, localizam-se quase integralmente na faixa de fronteira que abarca áreas de Mato Grosso do Sul, Brasil, com o Paraguai, e mesmo a Bolívia, sendo exceção apenas uma, a TI Ofaié - Figura 05.

Figura 6. Situação jurídica e área ocupada pelas Terras Indígenas no estado de Mato Grosso do Sul



Fonte dos dados: Funai (2024). Organização: Os autores (2025).

A maior parte das TIs ainda em fases intermediárias (delimitação e declaração) enfrenta grandes obstáculos até a efetivação do direito territorial, devido à presença de propriedades privadas sobrepostas, litígios judiciais, resistência de setores produtivos e omissões do Estado. Este cenário, como é possível observar nas Figuras 5 e 6, contribui para a fragmentação do território indígena e acirra a pressão sobre os modos de vida tradicionais. Onde predomina o modelo agroexportador as pressões são evidenciadas na forma de violências e/ou impactos ambientais negativos, Figura 07.

Figura 7. Processo de voçorocamento, impacto sobre os mananciais, TI Sete Cerros, município de Paranhos (MS)



Fonte: Os autores, registro realizado em maio de 2025.

Nos trabalhos de campo realizados, constatou-se que a situação jurídica do território está diretamente relacionada ao grau de vulnerabilidade das comunidades indígenas. Nas Terras Indígenas regularizadas é visível o avanço de outras pautas e demandas sociais, como por exemplo saúde, educação, agricultura e recuperação ambiental, uma vez que o território já está juridicamente protegido. A presença de escolas estruturadas e postos de saúde a fim de atender a comunidade talvez sejam os símbolos maiores desse estágio.

Figura 8. Oferta de ensino e assistência médica a comunidade, TI Lalima, município de Miranda (MS)



Fonte: Os autores, registros realizados em dezembro de 2024.

Por outro lado, nas TIs delimitadas ou declaradas, observa-se uma realidade de insegurança constante, as comunidades costumam ocupar apenas frações da área reconhecida, já que grande parte ainda está sob domínio de proprietários privados, o que limita a circulação, a produção agrícola e a reprodução sociocultural. Nestes casos a vulnerabilidade socioambiental se amplia circunstancialmente e a pressão advinda do modelo agroexportador é intensificado e é uma marca constante no cotidiano, como é o caso da TI Jatayvari, localizada no município de Ponta Porã (MS), representada na figura 09.

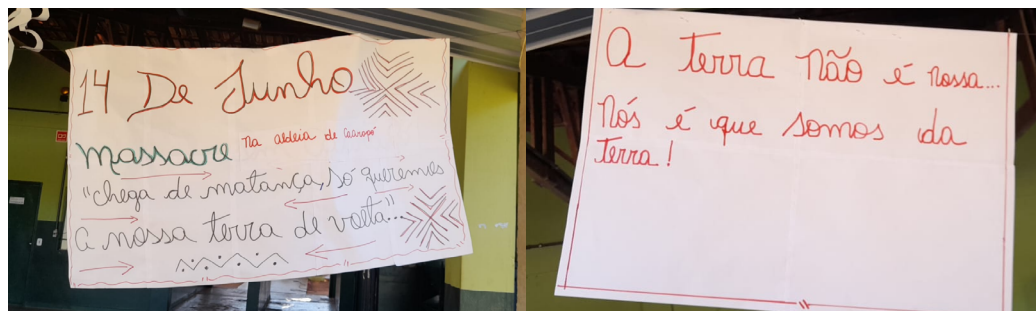
Figura 9. Entre o reconhecimento e a realidade da comunidade, TI Jatayvari, município de Ponta Porã (MS)



Fonte: Os autores, registro realizado em agosto de 2024.

Dessa forma a situação descrita reforça a importância do território como condição estruturante do “tekohá” (Meliá; Grünberg; Grünberg, 1976, p. 218) que, quando ameaçado, compromete a própria permanência dos povos indígenas em sua terra originária e violências circundam o cotidiano – vide figura 10.

Figura 10. Violências sobre os territórios e suas comunidades, TI Caarapó, município de Caarapó (MS)



Fonte: Os autores, registro realizado em junho de 2024.

Considerações Finais

A fronteira entre Mato Grosso do Sul e Paraguai é um território de contradições. Por um lado, apresenta-se como espaço de integração econômica, sob a égide do mercado global de *commodities*. Por outro, revela-se como zona de conflitos e invisibilidade, especialmente para as comunidades indígenas. A expansão do modelo agroexportador, ancorado na produção de *commodities* como a soja, opera como força hegemônica de homogeneização territorial, promovendo a concentração fundiária, a transformação das paisagens e a marginalização de populações indígenas. Nesse contexto, as Terras Indígenas, sobretudo aquelas em fases iniciais de regularização, emergem como territórios vulnerabilizados, cercados por pressões estruturais que ameaçam sua integridade física, ambiental e sociocultural.

Agradecimentos

Os autores agradecem a FUNDECT pelo financiamento do projeto Dinâmicas territoriais nas Terras Indígenas de Mato Grosso do Sul: diagnóstico dos impactos socioambientais, Chamada Nº 25/2023. O segundo autor agradece ao CNPq pela concessão da bolsa produtividade em pesquisa, chamada nº 09/2022.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2022. Acesso em: 11 jun. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 6, p. 469-470, 9 jan. 1996.
- BORRAS, S. M.; FRANCO, J. C.; ISAKSON, R.; LEVIDOW, L.; VERVEST, P. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 43, n. 1, p. 93-115, 2016.
- COY, M.; HUBER, C. O complexo de soja no norte de Mato Grosso (Brasil): uma perspectiva político-ecológica. **Revista Confins**, n. 54, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.44549>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- FERREIRA, P. S. **Dinâmicas territoriais na fronteira de Mato Grosso do Sul/Brasil e Paraguai: a produção da commodity soja para exportação e suas consequências socioambientais**. 2021. 271 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.
- FERREIRA, P. S.; SILVA, C. A. O modelo agroexportador: simetrias e assimetrias na fronteira Mato Grosso do Sul/Brasil e Paraguai. In: FERREIRA, Patricia Silva; SILVA, Charlei Aparecido. (Orgs.). **Fronteiras, territórios e políticas públicas**. 1. ed. Porto Alegre: Totalbooks, 2023. p. 18-33.
- FERREIRA, P. S.; SILVA, C. A. Soybean, a Commodity without Borders: Socio-Environmental Impacts in Protected Areas and Indigenous Communities in Mato Grosso do Sul/Brazil. **Sociedade & Natureza**, [S. l.], v. 37, n. 1, 2025. DOI: 10.14393/SN-v37-2025-76624. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/76624>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Terras indígenas no Brasil**: tabelas, shapefiles e bases cartográficas. Brasília: FUNAI, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em: jul. 2025.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Regiões e espacialidades: contribuições para o debate epistemológico-metodológico. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MELIÁ, B.; GRÜNBERG, G.; GRÜNBERG, F. **Los Paî-Tavyterã**: etnografía guarani del Paraguay contemporáneo. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”, 1976. 295 p. Disponível em: <http://www.etnolingustica.org/biblio:melia-gruenbergs-1976-pai-tavytera>. Acesso em: 10 jun. 2025.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Brasília: Editora Ática, 1993.